

KUPFER, D. Página Virada. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 11/06/2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/opinia0/coluna/pagina-virada.ghtml>.

Página Virada

11/06/2012

A reação dos analistas econômicos ao magro crescimento alcançado pelo Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre, de somente 0,2% em relação ao trimestre anterior, trouxe uma sensação de consenso com relação aos novos contornos que estão conformando o modelo macroeconômico do país. É percepção geral que as políticas de dinamização da demanda dos últimos anos cumpriram um papel essencial na construção de um quadro geral favorável, mas já não estão mais se revelando suficientes para assegurar a almejada aceleração do crescimento.

Sempre é possível argumentar que, mesmo que uma determinada política não tenha proporcionado resultados suficientemente robustos, teria sido possível obtê-los com mais do mesmo. Assim como os defensores das reformas microeconômicas dos anos 1990 tentavam justificar a baixa efetividade dessas políticas com a ideia de que teria faltado abrangência, intensidade e persistência nessas reformas, é plausível sugerir que a atual inflexão da taxa de crescimento do PIB pode ser revertida com doses mais fortes de estímulos de demanda. Contudo, nas condições atuais da economia mundial, não se pode descartar a possibilidade de que esses estímulos de demanda vazem para o setor externo, reduzindo a sua contribuição para a expansão da produção. Conclusão: é necessário colocar o foco da política econômica também no lado da oferta, que precisa ser concomitantemente dinamizada para que os objetivos de crescimento sejam alcançados. Se esse raciocínio está correto, mais cedo ou mais tarde, a economia terá que ser puxada pelos investimentos, e não mais pelo consumo. E se é assim, que seja mais cedo!

Desatar o nó do investimento implica reconhecer, inicialmente, que uma parcela importante do portfólio de projetos em pipeline, em grande parte herdados do final da década passada, está postergada ou represada. A parcela postergada relaciona-se quase sempre aos projetos ligados a recursos naturais que dependem de mercados externos para a viabilização das grandes escalas requeridas. Nesses casos, pouco ou nada se pode fazer a não ser aguardar o reaquecimento desses mercados pois nas condições pós-crise da economia internacional, esses projetos deparam-se com excedentes generalizados de capacidade mundo afora. Já a parcela represada deve-se em grande parte a problemas administrativos enfrentados na execução de obras de infraestrutura contratadas ou concedidas pelo poder público. Evidentemente, cabe ao próprio governo retirar essas amarras para que o investimento represado volte a fluir. O bônus aqui é que, além dos efeitos diretos sobre a formação de capital, essas obras, na medida em que vão entrando na fase operacional, promovem impulso adicional à oferta, já que ampliam a rentabilidade de novos projetos de seus usuários.

Tributos, energia e qualificação da mão de obra são os vilões mais citados, mas há

[Digite aqui]

ainda o hiato tecnológico

No entanto, o jogo decisivo não é (apenas) esse. A universalização do padrão de consumo, que motivou a dinamização da economia a partir da inclusão de camadas crescentes da população ao mercado, não pode conviver com expansão da produção a custos crescentes, como vem ocorrendo nos últimos anos, sob pena de se abortar os fundamentos do próprio ciclo de crescimento. Esse paradigma de universalização do padrão de consumo cumpre hoje um papel disciplinador dos preços que, desse ponto de vista, é análogo ao desempenhado pela abertura comercial da década de 1990. Porém, diferentemente da abertura, ainda mais quando atabalhoada tal qual a que foi praticada no Brasil, a universalização do acesso ao consumo não desincentiva o investimento, não desarticula as cadeias produtivas nem tampouco desbarata o sistema nacional de inovação. Portanto, ao contrário de trazer impactos destrutivos e de constituir uma ameaça para a indústria brasileira, pode ser fonte de grandes oportunidades para o seu pleno desenvolvimento.

No entanto, essas oportunidades dificilmente se concretizarão se a mencionada pressão de custos sobre a produção nacional não for revertida por uma firme ação política, capaz de atacar na base os seus elementos geradores. Embora tributos, energia e qualificação do trabalho sejam os vilões mais citados, há razões para se acreditar que sem uma onda de investimentos voltados para reduzir o hiato tecnológico que voltou a distanciar a atividade industrial brasileira das melhores práticas internacionais, as chances de sucesso se verão muito reduzidas. E esses investimentos não fazem parte do pipeline herdado do período pré-crise internacional.

Nesse momento, o Brasil caminha para fechar 2012 com uma taxa de juros básica real próxima a 2% anuais. Embora ainda alta relativamente a outros países, o importante é que em valor absoluto esse patamar já não impõe os custos insuportáveis de servir a dívida pública ou carregar as reservas internacionais nem os efeitos indesejáveis da atração de capital externo especulativo sobre a apreciação cambial que eram provocados pela estratégia anterior da super-Selic.

O fato é que o país parece estar macroeconomicamente mais bem preparado agora do que antes para poder novamente conciliar as políticas de estabilização e de desenvolvimento, abandonando de vez a prática esquizofrênica que perdurou nos últimos vinte anos de privilegiar o primeiro sempre em detrimento do segundo. Mas para que essa página seja definitivamente virada, além de assegurar que o retorno a um mix juros-câmbio mais civilizado seja duradouro, políticas competentes de fomento ao investimento se fazem igualmente essenciais.